



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0312049-4- 1ª Vara Criminal de Olinda-PE

Impetrante: Wilson Pinto Costa  
Paciente: Jerônimo Faustino dos Santos  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto  
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO E POSSE DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO. NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PREVENTIVO. NÃO CONHECIMENTO. *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E DENEGADO.

1. Não consta nos autos cópia da decisão que converteu o flagrante, decretando a prisão preventiva, sendo impossível o conhecimento da alegação de ausência de fundamentação suscitada pelo impetrante.
2. Inexiste excesso de prazo porquanto a instrução criminal encontra-se encerrada, ficando superada a alegação de constrangimento ilegal por dilação injustificada, nos termos da súmula nº 52 do STJ.
3. *Habeas Corpus* parcialmente conhecido e denegado.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0312049-4, da 1ª Vara Criminal de Olinda, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em / / , conhecer parcialmente da ordem e denegá-la, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 17 de setembro de 2013.

  
Juiz Laiete Jatobá Neto  
Relator Convocado



Habeas Corpus n.º 0312049-4 - 1ª Vara Criminal de Olinda-PE

Impetrante: Wilson Pinto Costa  
Paciente: Jerônimo Faustino dos Santos  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto  
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

## RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Wilson Pinto Costa em favor de Jerônimo Faustino dos Santos, por meio da atrel de fls. 02/10, preso preventivamente e denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 12 da Lei nº 10.826/03 e nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06. Aponta como autoridade coatora o MM. Juiz da 1ª Vara Criminal de Olinda-PE.

Alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo sem que tenha contribuído para tal, pois está preso há mais de 19 (dezenove) meses, tendo a audiência sido remarcada três vezes por ausência da corré, não havendo previsão para julgamento. Assere que a outra prisão cautelar que havia em seu desfavor, decorrente de processo na 1ª Vara do Tribunal do Júri de Recife, foi relaxada por excesso de prazo.

Afirma que a decisão que converteu o flagrante em preventiva é nula, estando desprovida de qualquer fundamentação, e que o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça, sendo-lhe facultado o arbitramento de fiança ou qualquer outra medida prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferido o pedido de liminar à fl. 37, a autoridade tida como coatora prestou informações, às fls. 44/45, esclarecendo que converteu o flagrante em prisão preventiva em 13/10/2011, tendo a denúncia sido recebida em 22/11/2011, e apresentadas as defesas prévias pelo paciente e corré, proferiu decisão mantendo o recebimento da denúncia, negando o pedido de liberdade provisória e designando audiência para o dia 04/09/2012.

Assere que no dia da audiência foi realizado o interrogatório do paciente sendo o ato suspenso por falta de apresentação da corré pelo Seres de modo que, tomadas as providências cabíveis, foi designada a continuação da audiência para 24/01/2013, que não foi realizada face à ausência de apresentação dos denunciados, apesar de terem realizadas todas as diligências necessárias, previstas no provimento 04/2010 da CGJ.

Afirma que, em 07/08/2013, foi realizada a audiência com o interrogatório da corré e a oitiva das testemunhas, tendo sido determinada a apresentação de alegações finais no prazo de cinco dias. Por fim, esclarece que, em 13/08/2013, o *Parquet* ofertou alegações finais estando o feito no aguardo de apresentação de memoriais pela defesa.

A d. Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 50/53, opina pela denegação da ordem, entendendo que não foram juntados documentos que possibilitem a análise da alegação de ausência de fundamentação da prisão preventiva, e que existe excesso injustificado de prazo, estando a instrução criminal encerrada.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0312049-4- 1ª Vara Criminal de Olinda-PE

VOTO

Senhores Desembargadores,  
Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

No que tange o alegado excesso de prazo, é pacífico na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que excesso que configura constrangimento ilegal é o que, considerado em seu conjunto, revela-se injustificado.

E não se pode ter como tal o caso em comento, posto que das informações prestadas pelo MM. Juiz *a quo*, fls. 44/45, consta que o mesmo sempre atuou diligentemente.

Observe, ainda, que a audiência de instrução e julgamento já foi realizada, tendo o Representante do *Parquet*, inclusive, ofertado alegações finais, estando pendente apenas de apresentação de alegações finais através de memoriais pela defesa.

Verifica-se, portanto, no presente caso, que todos os atos processuais foram praticados com regularidade, não havendo qualquer ato do *Parquet* ou do MM. Juiz *a quo* apto a procrastinar o feito.

Desse modo, não subsiste a alegação de excesso de prazo, porquanto já encerrada a instrução criminal, nos termos da Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Neste mesmo sentido, cumpre observar o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. AÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CRIMINAL FINDA. APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS DEFENSIVOS. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO NÃO VERIFICADA.

1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser dilatados diante das peculiaridades do caso concreto, como a necessidade de expedição de cartas precatórias para a realização dos atos instrutórios.

2. Além de a suposta demora, oriunda das características ínsitas à ação penal, não extrapolar os limites da razoabilidade, constata-se estar encerrada a formação da culpa, já tendo a defesa do paciente apresentado suas alegações finais. Inteligência do enunciado sumular n. 52, desta Corte Superior.

3. Ordem denegada." (STJ, Habeas Corpus nº 112017/MT, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 04.11.2008).

Ademais, o prazo para a conclusão da instrução criminal não pode resultar de mera soma aritmética, exigindo um juízo de razoabilidade para definição de eventual excesso, afastando-se o rigorismo hermenêutico que vem sendo adotado na sua contagem.

No que tange as alegações de ausência de fundamentação no decreto preventivo e aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins**



**Habeas Corpus n.º 0312049-4- 1ª Vara Criminal de Olinda-PE**

Penal, observo que não consta nos autos cópia da decisão que converteu o flagrante em preventiva, mas somente de uma das decisões que negou o pedido de liberdade provisória (fl. 30), em que o MM. Juiz afirma que deve ser mantida a custódia pelos mesmos fundamentos descritos na decisão que decretou a preventiva, tornando impossível o conhecimento dessa questão no presente *writ*.

Outrossim, inexistente afronta ao princípio da presunção de inocência, já que a própria Constituição Federal prevê a possibilidade de prisão cautelar, desde que necessária (CF, art. 5º, LXI), não constituindo a prisão em análise em cumprimento antecipado da pena eventualmente imposta, mas em bases cautelares ante um juízo de necessidade da medida.

Feitas essas reflexões, voto no sentido do conhecimento parcial da ordem e da sua denegação, haja vista, que o paciente não está sofrendo, por enquanto, sob qualquer ângulo de análise, constrangimento ilegal.

É como voto.

  
**Juiz Laiete Jatobá Neto**  
**Relator Convocado**